

**ACTA**

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

Foi apresentado o ponto de situação do dossier Capital Europeia da Cultura 2012 pela Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, Dr.ª Cristina Azevedo. Foram apresentadas questões pelo Vereador André Coelho Lima às quais a Presidente do Conselho de Administração respondeu, prestando os respectivos esclarecimentos. O Presidente da Câmara deu também explicações sobre como estava a decorrer o trabalho, designadamente no que respeita ao papel da Câmara, dos seus responsáveis técnicos e políticos, referindo a preocupação que tem havido para que sejam cumpridas as exigências de um processo desta dimensão. -----

**----- INTERVENÇÕES -----**

**1 - Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Na sessão de encerramento do Congresso da ANAFRE – Associação Nacional de

Freguesias, o Ministro da Presidência que é também responsável pelas Autarquias Locais, Pedro da Silva Pereira teve a oportunidade de reconhecer e apreciar "...o contributo decisivo dos muitos milhares de autarcas das nossas freguesias para o desenvolvimento do País e para a consolidação e o fortalecimento da nossa democracia, ao serviço das populações. As freguesias são um elemento singular que marca o quadro da nossa organização político-administrativa..." e que "... as freguesias são um factor de mais-valia do poder local democrático". "Por outro lado, enquanto nível de poder político mais próximo dos cidadãos e dos seus problemas, as freguesias proporcionam o terreno mais favorável para que possamos enfrentar com êxito o sério problema do divórcio entre os cidadãos e o poder político, que hoje atravessa as democracias modernas. Devemos, por isso, reconhecer e valorizar o papel das freguesias na nossa democracia e na prestação do serviço público à escala local. A valorização do papel das Freguesias só será possível com a delegação de competências. Para isso, o Governo preconiza a revisão do estatuto e, sobretudo, a consolidação das novas competências, que reforce efectivamente o papel das freguesias, ao serviço das populações". Disse ainda o Sr. Ministro, " Este é um tema controverso. E nessa controvérsia, há aqueles que vêm a esta discussão para pôr água na fervura e para moderar ímpetos e vontades; e há aqueles, como o Governo, que estão do lado das freguesias na manifestação de uma clara vontade política em favor de uma efectiva descentralização de competências". O comportamento e as atitudes para com as Freguesias nos últimos anos e particularmente neste ano de 2010, indiciam que a Câmara Municipal Guimarães não está do lado das Freguesias no que concerne à revisão do estatuto e à descentralização de



competências. Como se compreende que para 2010 as verbas a transferir para as freguesias como transferências de capital sejam em 39 das freguesias (56,5%) inferiores ao montante transferido em 2009; que a redução em alguns casos seja superior a 30% e que em 14 freguesias o aumento das verbas transferidas face a 2009 seja inferior a 5%. Como se compreende que em reunião realizada com os Presidentes de Junta de Freguesia o Sr. Presidente da Câmara os tenha informado que este ano de 2010 a Câmara Municipal não iria celebrar protocolos para delegação de competências. É uma atitude inqualificável que não tem nenhum fundamento político e/ou financeiro. Este ano as verbas transferidas do Orçamento de Estado para o Município de Guimarães nas suas diferentes vertentes atingem o valor de €26.934.047 e no ano de 2009 esse montante foi de €25.651.473. Quais são as verdadeiras razões que justificam a não celebração de protocolos com as Freguesias? Terá alguma coisa relacionada com a necessidade de poupança para equilibrar o orçamento devido ao agravamento das despesas com as verbas que o Município vai despende na contratação dos “assessores políticos”? O PSD estará do lado do Governo na revisão do estatuto e na descentralização de competências para as Freguesias. De que lado estará o Partido Socialista e o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães?”

**2 – Vereador António Salgado Almeida** – Defendeu a realização de um levantamento exaustivo de todos os caminhos públicos existentes no concelho de Guimarães, após ter denunciado a vedação de um percurso situado na Rua da Agrela, em Silvares. Sobre este caso disse que numa primeira instância o caminho aparece como sendo público, passando depois a servidão o que implicou que ficasse vedado o acesso a uma zona verde.

**3 – Vereador André Coelho Lima** – **a)** – Leu, em voz alta, um

documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "1. A recente intervenção de requalificação do Largo do Carmo (Largo Martins Sarmiento), implicou naturalmente alterações no piso da via ao longo de todo o largo. Aliás, refira-se que se tratou de uma requalificação bastante feliz, quer no respeito que demonstrou pelo passado e pela História daquele espaço, quer na valorização estética do enquadramento da imagem de D. Afonso Henriques de Soares dos Reis. No entanto, a verdade é que a via que percorre a parte inferior do Largo do Carmo e as Ruas Serpa Pinto e Dr. Agostinho Barbosa (entre o Tribunal e os Palheiros), encontra-se, desde a conclusão das obras, em muito mau estado; proporciona fracas condições de circulação com constantes saltos e lombas que resultam notoriamente de uma deficiente construção, até porque, a via ficou inclusivamente com piores condições de circulação do que aquelas que existiam antes da requalificação. Sabendo-se, como se sabe, que a obra teve a preocupação de terminar em Outubro/2009, pelos motivos por todos conhecidos, a verdade é que nem a pressa da conclusão antes das eleições autárquicas justifica que numa obra nova, numa obra com menos de 6 meses, o piso em paralelo se encontre em pior estado do que aquele que ali se encontrava antes da intervenção. Aquilo que pretendemos saber é se esta situação está ou não sinalizada pelos serviços da Câmara e se vai ou não ser exigido ao responsável pela obra que a via que percorre as Ruas Serpa Pinto, Dr. Agostinho Barbosa e Largo Martins Sarmiento (parte inferior) fique em ideais condições de circulação, isto é, nas condições que se exigem a uma obra nova. 2. Em segundo lugar gostaríamos que nos informasse sobre quais os motivos pelos quais ainda não se vê, nem antevê próximo, o início das obras que nos termos do acordo realizado



com a *Sonae*, esta empresa teria que levar a cabo como contrapartida pela concessão do direito de superfície da actual praça de alimentação do *GuimarãesShopping*, por um período de 30 anos. Na altura, recordamos, o PSD votou favoravelmente a essa concessão do direito de superfície, porque nos parecia vantajoso para o Município a concessão do direito de superfície, pelo período em causa, a troco da realização de alterações significativas numa das principais entradas da cidade. A verdade porém é que a praça da alimentação já está erguida e em funcionamento há muito tempo, e as obras com que a Sonae se comprometeu como contraprestação nem sequer arrancaram, nem há tampouco informação de para quando está previsto o seu arranque. Sendo que, tendo em consideração que teremos a cidade brevemente convertida num estaleiro para as obras da Capital Europeia da Cultura, seria de todo conveniente que as obras da entrada da cidade estivessem concluídas antes desse momento. É que o arrastar da situação preocupa-nos por poder estar eventualmente em causa que as mesmas estejam terminadas antes da Capital Europeia da Cultura, o que seria uma situação inadmissível. Pelo exposto, solicitamos que nos informe sobre o estado actual do processo, o que tem justificado tamanho atraso no arranque das obras com a *Sonae* se comprometeu, bem como, mencione um calendário rigoroso para previsão da conclusão das obras tendentes à realização da referida intervenção".

**3 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Sugeriu que Guimarães, através da Câmara Municipal, se fizesse representar na Conferência "*The Future of Cities*" (O Futuro das Cidades) que terá lugar em St. James Square, na cidade de Londres, conferência na qual serão tratadas questões como a projecção do crescimento das cidades, e o planeamento, gestão e financiamento

do crescimento urbano com que se debaterão as cidades no futuro. Ainda na mesma intervenção, a Vereadora Luísa Oliveira trouxe ao conhecimento da Câmara Municipal a iniciativa da União Europeia designada como «Capital Verde Europeia» (European Green Capital) que conta com as cidades de Estocolmo (Suécia) como Capital Verde Europeia/2010 e Hamburgo (Alemanha) como Capital Verde Europeia/2011, encontrando-se, neste momento, à procura de candidaturas para a Capital Verde Europeia/2012. Finalizou, referindo que como a cidade de Guimarães não pode candidatar-se a este título, na medida em que o mesmo é aplicável apenas a cidades com mais de 200.000 habitantes, defendeu, no entanto, que no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012 e de todas as intervenções que terão lugar em Guimarães, fossem adoptados todos os procedimentos que distinguem as Capitais Verdes Europeias, muito embora não podendo Guimarães ser formalmente candidata, mas levando a cabo e cumprindo, na prática, todas as directrizes ambientais exigidas às Capitais Verdes Europeias".

**4 – Vereador Domingos Bragança** – Esclareceu que as verbas previstas no Plano de Actividades e Orçamento de 2010 para as Juntas de Freguesia são exactamente as mesmas que foram previstas no ano anterior. Referiu, também, que a distribuição foi feita em função da população e da área de cada freguesia.

**5 – Vereador César Machado** – Sobre a questão dos caminhos, disse que a Câmara Municipal não podia intervir sobre processos que envolvem privados, como é o caso dos caminhos de servidão.

**6 – Presidente da Câmara – a)** – Disse que a Câmara Municipal tem sempre respeitado aquilo que a lei determina no que diz respeito à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia; **b)** – Sobre a Rua Serpa Pinto, a Sul do Largo do Carmo, disse que ao tempo foi



entendido protelar a intervenção, atendendo ao recomeço do novo ano lectivo, pelo que se aguarda a melhor oportunidade para executar a obra; **c)** – Sobre as obras da responsabilidade da *Sonae*, disse que a intervenção na Estação Central de Camionagem já se encontrava concluída. No que diz respeito às vias de acesso, disse que a obra não iniciou por não ter ainda o parecer favorável das Estradas de Portugal; **d)** Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira disse que a Câmara Municipal não podia comparecer a todos os convites que lhe são formulados, referindo, contudo, deslocações que têm sido feitas neste âmbito. **7 – Vereadora Francisca Abreu** – A respeito da intervenção da Vereadora Luísa Oliveira disse que a linha ambiental já estava presente na Capital Europeia da Cultura 2012.

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da avaliação da satisfação dos utentes no âmbito do atendimento prestado no Balcão Único, que atingiu um grau de satisfação na ordem dos 73%. **2** – Deu esclarecimentos sobre o artigo publicado no jornal “Público” relativamente a declarações do Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão quanto à Via Intermunicipal (VIM) onde é dito que o Presidente da Câmara de Guimarães não estava confortável neste assunto por precisar do Governo por causa da Capital Europeia da Cultura. Explicou, em concreto, aquilo que havia ficado decidido, considerando este reparo do Presidente da Câmara de Famalicão como desagradável; **3** – Fez a entrega aos Senhores Vereadores de um dossier sobre a proposta de renegociação do contrato de concessão com os Transportes Urbanos de Guimarães; **4** – Disse que na próxima reunião de Câmara irá ser feita uma apresentação sobre o ponto de situação da revisão do Plano Director Municipal, com a presença dos

Arquitectos Filipe Fontes e Nuno Portas. **5** – Da proposta do Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo para realização do Campeonato Europeu de Montanha em Guimarães, em 2012. --

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**I** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de Janeiro de 2010, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: "Proposta para Abertura – Concurso Público n.º 2/2010 – Submete-se, para aprovação superior, o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou Serviço:** Fornecimento de 7.000 toneladas de betão betuminoso; **Preço base:** €300.000,00 (trezentos mil euros) + IVA (20%); **Classificação económica:** 020121; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** O Presidente da Câmara Municipal; **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; José Parcídio Meira Leite Salgado, Chefe da Divisão de Administração Directa; **Vogais Suplentes** – Maria Fernanda Fernandes Castro, Chefe da Divisão de Empreitadas; Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso"; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de Janeiro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos serviços do





Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação e Divisão da Modernização Administrativa e de Qualidade da Câmara Municipal de Guimarães**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €274.240,88 (duzentos e setenta e quatro mil duzentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 1.1.1.19. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €274.240,88 (duzentos e setenta e quatro mil duzentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim

Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **III** – Do ofício da CASFIG, EEM – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães remetendo, para conhecimento, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira. -----

**PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTO INTERIOR NA AVENIDA DE LONDRES – AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de sucessivos pedidos de intervenção formulados por moradores da zona, entendeu-se que seria ajustado que a Câmara Municipal de Guimarães promovesse obras de beneficiação num arruamento interior localizado na Avenida de Londres, o qual serve de estacionamento de uso público e gratuito utilizado diariamente pelos condutores que necessitam de estacionar naquela zona e cuja degradação se ficava a dever, justamente, à utilização intensa e eminentemente pública daquele



espaço que, apesar de privado, não se encontra vedado. De facto, entendeu-se que, dado o uso público que é dado ao arruamento e ao compromisso dos moradores no sentido de que assim possa continuar, com benefícios evidentes para o interesse público, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães assuma as despesas de repavimentação do arruamento interior da Avenida de Londres, no montante de €52.838.35 (cinquenta e dois mil oitocentos e trinta e oito euros e trinta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE ATÃES – CONSTRUÇÃO DE UM MURO COM ALARGAMENTO NA ZONA DA IGREJA – REFORÇO DE VERBA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Em sua reunião realizada de 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal delegou na Junta de Freguesia de Atães a execução da obra acima designada, pelo valor de € 19.965,15. A Junta de Freguesia executou a obra pelo montante de € 45.618,65, conforme medição elaborada pelo Departamento de Obras Municipais. Como o custo total da referida obra foi em muito, superior à verba que lhe foi afecta e, para fazer face às despesas que a Junta teve, com a execução da mesma, proponho a atribuição de uma verba, no valor de €25.650,00 à Junta de Freguesia de Atães". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PONTE – PROCº 40/39/88** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Ponte estabeleceu contactos com o Sr. Domingos José Cardoso de Macedo e Menezes no sentido de saber da sua disponibilidade para alienação de terreno necessário à ampliação

do cemitério daquela freguesia. Todavia, o terreno a alienar é parte de uma descrição predial e como tal a Junta de Freguesia não tem legitimidade para se socorrer dos dispositivos legais que permitem ao Município adquirir parte de prédio através de aquisição amigável, nomeadamente os previstos no artigo 11º do Código das Expropriações. Assim sendo, o Município solicitou a um perito da lista oficial, a análise da pretensão do Sr. Domingos Menezes quanto ao valor indemnizatório peticionado pelo mesmo, tendo o perito chegado à conclusão que o valor de €20,00/m2 era aceitável para aquele terreno. Perante esta situação e depois de se encontrarem solucionadas as questões registrais, por parte do proprietário, poderá ser superiormente decidido submeter a deliberação camarária a aquisição de uma parcela de terreno, com a área de 1.700,00 m2, situada no Lugar do Monte do Rio, freguesia de Ponte, deste concelho, a desanexar do prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 2970/Ponte e que corresponde ao actual artigo urbano P 4151, a confrontar do Norte e Nascente com terreno sobrance, do Sul com Cemitério e do Poente com caminho e Francelino Rebelo Pinto, ao Sr. Domingos José de Cardoso de Macedo e Menezes, pelo valor de €34.000,00 (trinta e quatro mil euros), nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - TURISMO DE PORTUGAL, IP/FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES E CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES** - Presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração celebrado entre o Turismo de Portugal, IP, a Fundação Cidade de Guimarães e a Câmara Municipal de Guimarães tendo por objecto a definição dos termos em que o Turismo de Portugal se propõe apoiar projectos do



programa de Guimarães Capital da Cultura 2012, promovidos pela Fundação e Câmara Municipal. O referido protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO COM TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL –**

Presente a seguinte proposta: “No passado dia 26 de Setembro de 2009 foi celebrado, entre o Município de Guimarães e a Turismo do Porto e Norte de Portugal, um Protocolo de Cooperação que tinha por objecto a cedência, a título gratuito, à Turismo do Porto e Norte de Portugal da utilização do prédio dos Antigos Paços do Município, na Praça de Santiago, devidamente equipado, com o mobiliário, equipamentos informáticos e outros. Aquando da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, que aprovou o novo mapa regional de Turismo de Portugal Continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo, extinguindo todas as Zonas de Turismo ainda existentes, incluindo a de Guimarães, todos os bens desta extinta Zona de Turismo passaram a constituir património da Turismo do Porto e Norte de Portugal, cujos estatutos foram aprovados pela Portaria n.º 1039/2008, de 15 de Setembro. Nestes bens incluíam-se mobiliário, equipamentos informáticos, hardware e software, elementos decorativos, material de economato, uma viatura automóvel e suportes promocionais diversos. Todos estes bens estavam a ser utilizados nos serviços de Turismo da Câmara Municipal e nos dois postos de Turismo da Praça de S. Tiago e da Alameda, e ainda ali se encontram. Tendo em conta que estes equipamentos são necessários ao funcionamento e manutenção

dos serviços de Turismo da Câmara de Guimarães, foi acordado entre as duas entidades que, na sequência daquele Protocolo celebrado em 26 de Setembro de 2009, a Turismo da Praça de S. Tiago e da Alameda devolveria à posse do Município de Guimarães os bens que a ela tinham sido entregues por imposição legal. Assim, propõe-se a celebração de um aditamento ao Protocolo de Cooperação celebrado em 26 de Setembro, cuja minuta se junta em anexo como **doc. 1**, que tem por objecto a cedência, a título gratuito, ao Município de Guimarães pela Turismo do Porto e Norte de Portugal dos bens constantes do documento em anexo à minuta do Protocolo, que ainda se encontram nas instalações dos Serviços de Turismo. A minuta do protocolo, bem como os documentos anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – COOPERATIVA FRATERNA** – Presente a seguinte proposta: “O Município Guimarães em parceria com a Cooperativa Fraterna, tem vindo a assumir nos últimos anos a responsabilidade de criar e desenvolver, em colaboração com outras entidades, um conjunto de programas vocacionados para incrementar a qualidade de vida da população, através da realização de iniciativas diversificadas para as crianças e jovens e para a população idosa. Igualmente em parceria, a Cooperativa Fraterna tem gerido o Banco Social, através do qual são concedidos apoios materiais e alimentos a famílias carenciadas. Paralelamente os Projecto de Desenvolvimento e Intervenção Comunitária em curso nos Bairros da Atouguia e Gondar, têm constituído práticas bem sucedidas, procurando disponibilizar um conjunto de apoios e acções de formação que concorram para uma crescente integração social e



profissional dos agregados ali residentes. Deste modo, considerando que a cooperação interinstitucional é uma forma privilegiada de actuação para a gestão integrada de recursos humanos e materiais e para o enriquecimento recíproco através da troca de experiências e partilha de conhecimentos, e nos termos da alínea b) do nº4, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que reclama uma contratação objectiva que determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da mesma Lei, propõe-se a aprovação do Protocolo de Colaboração entre a Município de Guimarães e a Cooperativa Fraterna, que se anexa à presente proposta, e a transferência a título de subsídio do montante de 580.000,00 euros (quinhentos e oitenta mil euros) para aquela Cooperativa, previsto no Plano de Actividades e Orçamento para este ano de 2010". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** – Presente a

seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O horário de funcionamento do Mercado Municipal consta do art.º 9.º do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal, aprovado em reunião de Câmara Municipal por deliberações tomadas nas reuniões de 25/05/2006 e de 12/10/2006, sancionadas pela Assembleia Municipal em sessão de 24 de Novembro de 2006. A sociedade Ornitológica de Guimarães apresentou nesta Câmara Municipal um pedido para a realização

de uma feira semanal nas instalações do Mercado Municipal, aos Domingos, onde se pretende comercializar aves canoras, exóticas, psitacídeos, pombos e galinhas de fantasia, ração e utensílios para a criação das mesmas. Analisado o pedido pelos serviços foi entendido que seria possível a realização deste evento considerando que aquele Regulamento prevê no n.º 2 do art.º 5.º, a venda animais de companhia e animais de criação/capoeira (galinhas, patos, coelhos, etc.). No entanto, não poderá a mesma designar-se por Feira, uma vez que tal actividade não pode ser autónoma do espaço em causa, pelo que será um complemento à normal actividade do Mercado Municipal. Mais se informou que esta actividade seria regulamentada pelos mesmos critérios aplicáveis aos actuais vendedores do terrado. Considerando a existência de espaço físico disponível; que a actividade que se pretende desenvolver se enquadra nas competências do Município e do Mercado Municipal; e ainda que ela irá contribuir para a dinamização do Mercado Municipal; torna-se necessário alterar o horário de funcionamento daquele equipamento municipal, uma vez que se pretende que este Mercado Municipal possa funcionar igualmente aos Domingos, o que implica a alteração do referido n.º 2 do art.º 9.º do Regulamento Municipal. Deste modo submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal, e posterior ratificação pela Assembleia Municipal, da alteração do horário de funcionamento do Mercado Municipal, de forma a permitir a sua abertura aos Domingos. O n.º 2 do referido art. 9º passará, assim, a ter a seguinte redacção: "*O horário de abertura ao público é o seguinte: (...) b) Aos sábados e domingos – das 07.00 horas às 13.00horas.*" **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----





**PESSOAL – REESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente, em anexo, uma proposta de reestruturação de Serviços do Município de Guimarães, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA AGENTES DA POLÍCIA MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação do comandante da Polícia Municipal: “Atendendo ao elevado número de solicitações de agentes da Polícia Municipal para as mais variadas situações; atendendo ao número insuficiente de Agentes que neste momento compõe o efectivo da Polícia Municipal, tendo em conta o acréscimo de tarefas que são chamados a executar e tendo presente a proximidade da realização de um grande evento no Município de Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2010 – torna-se necessário reforçar o efectivo da Polícia Municipal. Nesse sentido e considerando as vagas existentes no mapa de pessoal aprovado para 2010, solicito abertura de procedimento concursal para os respectivos 20 postos de trabalho. À consideração superior”. Pelo Vereador José Augusto Araújo foi prestada a seguinte informação: “Atendendo a que os lugares se encontram previstos no Mapa de Pessoal para 2010 e que a abertura do procedimento carece de aprovação do órgão executivo, proponho a submissão do assunto à próxima reunião de Câmara”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CASFIG, EEM (COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES) – FISCAL ÚNICO** – Presente um ofício da

Entidade Empresarial Municipal CASFIG, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal, a designação do Fiscal Único, nos termos da alínea b) do nº 1 do art. 17º dos respectivos Estatutos. Em reunião do Conselho de Administração realizada no passado dia 28 de Janeiro, foi aprovado submeter à aprovação da Câmara Municipal a adjudicação, mediante ajuste directo, da prestação de serviços de revisor oficial de contas, a Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, pelo preço anual de €2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta euros). **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual entrou em vigor no dia 13 de Janeiro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – LIGAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS – TUG AO MERCADO MUNICIPAL** – Presente, para ratificação, o

despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos serviços do



Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Por forma a manter a acessibilidade dos consumidores ao Mercado Municipal, designadamente pela manutenção da tarifa especial gratuita nas ligações Largo Valentim Moreira de Sá – Mercado Municipal e sentido inverso, propomos a extensão do actual período até 31 de Dezembro de 2010, mantendo o Município a comparticipação do mesmo, no valor de €100,00 (cem euros) por semana". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.10. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Freguesia de Souto Santa Maria solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1 no dia 12 de Fevereiro à Casa do Povo de Briteiros. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos alunos num espectáculo de teatro e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se á aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EGAS MONIZ – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas Egas Moniz solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos seus alunos nos dias 22, 23 e 24 de Março ao Pavilhão Multiusos. Considerando que se trata de deslocações que visam a participação da Escola no Campeonato Mundial de Andebol

Escolar, que vai decorrer em simultâneo nas cidades de Guimarães, Fafe e Braga e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DA ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas da Abação solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte dos alunos, nos dias 14 e 15 de Abril à Estação de Tratamento de Águas da Vimágua. Considerando que se trata de uma actividade no âmbito da disciplina de Ciências da Natureza e de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO “MUNDO DA LUA” – CRECHE E PRÉ-ESCOLAR**

– Presente a seguinte proposta: “A Associação “Mundo da Lua” é uma IPSS, com sede na Av. D. João IV, freguesia de Urgezes, que apresentou no Centro Regional de Segurança Social um projecto para a instalação de uma Creche para 33 crianças e na Direcção Regional de Educação do Norte para um jardim pré – escolar para 25 crianças, os quais mereceram pareceres favoráveis daquelas entidades. Foi porém estabelecido para a aprovação das instalações propostas a existência de um espaço exterior como recreio, cuja requalificação exige um investimento de €35.000,00 tendo a referida Associação solicitado para essa intervenção apoio municipal. Considerando as carências ainda existentes na cidade no apoio à infância,



nomeadamente no serviço de Creches, a localização das instalações propostas numa área habitacional e muito próxima da estação de comboios, o que potencia a frequência de crianças, proponho que seja atribuído o subsídio de 20.000,00€ (vinte mil euros), a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 17, 19 e 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE RONFE – PRESÉPIO DE NATAL** – Presente a seguinte proposta: “No último período natalício esteve exposto na Vila de Ronfe um Presépio de Natal,

iniciativa que surgiu na sequência de trabalhos anteriores, integrados no projecto denominado "Ronfe há 50 anos", do artista António Machado, residente naquela Vila. Considerando o exemplo seguido nos trabalhos anteriores e o interesse público da exposição promovida, relevante de um esforço na preservação de valores culturais tradicionais e de efectiva qualidade artística, proponho que seja concedido um subsídio de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) à Casa do Povo de Ronfe para apoio ao trabalho realizado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 17, 19 e 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

**SUBSÍDIOS – ESTABELECIMENTO PRISIONAL REGIONAL DE GUIMARÃES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães, vem solicitar a doação de material mobiliário, designadamente 7 cadeiras, destinadas a equipar a Sala de Reuniões daquele estabelecimento. Atendendo que existe, em armazém, aquele equipamento e que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação, ao indicado Estabelecimento Prisional, do material constante na tabela seguinte, ao abrigo do disposto na alínea e), n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À totalidade do equipamento foi atribuído o valor de € 455,00, conforme a seguir discriminado. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7 cadeiras de estrutura metálica cromada e polipropileno, cor antracite	€65,00	€455,00
<b>Total</b>		<b>€455,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – XVI FEIRA DA TERRA –**

– Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai realizar na Vila de S. Torcato a 16ª edição da “Feira da Terra”, um evento com elevado sucesso de participação e promoção de produtos locais, relevante para a visibilidade da comunidade rural e sua interacção com a população urbana. Considerando que o apoio municipal é fundamental para a qualidade do certame, e o exemplo seguido nas anos anteriores, proponho que seja concedido um subsídio de €3.000,00 (três mil euros) e o apoio logístico habitual à referida

Associação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 17, 19 e 21 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. TORCATO – FEIRA FRANCA DOS 27** – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 27 de Fevereiro vai realizar-se a secular “Feira Franca dos 27”, na Vila de S. Torcato, organizada pela Irmandade local, considerada uma das maiores da nossa região. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, proponho que seja autorizada a realização da Feira nos moldes habituais”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----





**SUBSÍDIOS – FESTAS DE SANTO AMARO – FREGUESIA DE DONIM – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de Janeiro de 2010, que concedeu, à Fábrica da Igreja Paroquial do Divino Salvador de Donim, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Santo Amaro, realizadas entre os passados dias 14 e 17 de Janeiro, num máximo de €78,64 (setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----